



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A DINÂMICA FAMILIAR E O TRABALHADOR-MIGRANTE: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO DE SER-TRABALHAR-VIVER NA ATUALIDADE

Daniele Almeida Duarte

Aluna do curso de Pós-Graduação, doutorado, da
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus
de Assis

danidupsico@yahoo.com.br

Cristina Amélia Luzio

Professora Assistente Livre Docente no
Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e
Escolar da Universidade Estadual Paulista (UNESP)
– campus de Assis

caluzio@assis.unesp.br

Introdução

Este estudo constitui um desdobramento da pesquisa de mestrado intitulada “A migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica: efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade” (DUARTE, 2009), em que foi analisada a relação entre trabalhador-migrante (de usina hidrelétrica) e o trabalho na atualidade. Nesta pesquisa de natureza qualitativa e, transdisciplinar¹, pôde-se observar, entre outros aspectos, como as novas formas de organização laboral interferem na constituição e dinâmica familiar e como esta, por sua vez, se desdobra sobre o âmbito do trabalho e na relação com o território.

Para tanto, serão apresentados e discutidos dados obtidos da dissertação de mestrado e problematizados outros achados teóricos e questões norteadoras da tese de doutorado (em andamento) a fim de ampliar e aprofundar a investigação do tema que

¹ Buscou-se traçar um eixo teórico orientado por um diálogo entre os fundamentos teóricos da Psicologia, da Sociologia e da Geografia, com o intuito de compreender a complexidade do objeto de estudo. Uma metodologia que pudesse tangenciar pontos necessários para efetivar uma discussão reflexiva e circunstanciar o emaranhado, no qual o trabalhador migrante está envolvido; e contextualizar os elementos que fazem parte desse todo e perceber as relações complementares e antagônicas, as realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas. Para isso, recorreu-se a Morin (2000), que empreendeu uma leitura em cujo seio os saberes são articulados para chegar ao paradigma da complexidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

gerou este estudo e que também está vinculado ao Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPQ “Figuras e modos de subjetivação no contemporâneo”.

A categoria profissional debatida é a dos trabalhadores do setor de produção de energia hidrelétrica². Uma categoria que sofreu transformações e reconfigurações no mercado de trabalho marcado pelo processo de precarização das condições e relações de trabalho. Isso se deu através de políticas adotadas, pelo governo brasileiro, de cunho neoliberal, o que provocou uma intensa privatização do setor energético – o período de maior evidência deu-se na década de 80 (século XX) e a partir da década de 90 intensificou-se, sendo privatizados diversos setores públicos.

A posição do governo no período aludido foi priorizar a estabilidade econômica em detrimento de outros setores, tais como o social, ao sujeitar a política nacional de desenvolvimento ao capital internacionalizado e globalizado. Singer (2001) assinala que a empresa capitalista globalizada é prisioneira de mercados financeiros (liderados por governos e grandes conglomerados detentores de capital) que temem não a estagnação e a marginalização, mas sim o pleno emprego e a inflação, que poderiam gerar transtornos à plena capitalização de seus lucros.

Em termos concretos, o estado nacional está sendo impedido de implementar políticas desenvolvimentistas porque poderiam ser inflacionárias, o que é um argumento devastador dada a longa e trágica experiência do Brasil. Em duas eleições nacionais sucessivas (1989 e 1994), maiorias nítidas endossaram a privatização do setor público produtivo e dos serviços públicos, a priorização da estabilidade e a submissão do desenvolvimento à dinâmica do capital internacionalizado. (SINGER, 2001, p. 56).

² Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2004, 2008) o Brasil detém um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. Atualmente sua matriz energética é composta, predominantemente, por esta fonte, ficando o restante distribuído entre as outras fontes de geração, a eólica, a solar e a térmica. Por ser a energia hidrelétrica classificada como limpa (não poluente), no mercado internacional, a demanda por novas construções está articulada com o crescimento econômico e impulsionada por ser o Brasil um país considerado em desenvolvimento. Isso é verificável ao observar o aumento de projetos e empreendimentos da iniciativa privada no setor de construções de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas nos últimos anos e, conseqüentemente, um aumento do número de trabalhador-migrante.



Além destas transformações no cenário do trabalho, estes trabalhadores enfrentam o processo migratório, a fim de atender às exigências da sua atividade profissional e/ou manter-se empregado. Um deslocamento espacial que pode ser uma alternativa para enfrentar esse cenário ou que pode reforçar a lógica da exclusão e da inclusão subalterna.

Tendo este pano de fundo, será situada essa categoria profissional e analisada a conjuntura nacional e internacional do mercado de trabalho e seus desdobramentos sobre instâncias específicas que têm engendrado profundas transformações na formas de ser-trabalhar-viver, expressão utilizada por Batista e Codo (2007).

1. Os sentidos de ser no tempo e no espaço na contemporaneidade: um (des)concerto em andamento regido pelo trabalho

Investigar os modos de ser-trabalhar-viver ultrapassa o âmbito analítico de ponderar apenas como os homens transformam a natureza e se organizam para produzir, uma vez que entram em cena outros aspectos que remetem ao universo laboral. Isto é, pensar os modos de ser-trabalhar-viver é trazer à tona não somente a amplitude da categoria trabalho, mas aquilo que ele possui de específico e singular, pois diz respeito a uma ação que expressa de modo privilegiado a subjetividade – com dimensões individuais e coletivas – circunstanciadas em um dado momento histórico, social, cultural, político e econômico (BATISTA; CODO, 2007).

Para isso, é preciso situar tanto a instância material e concreta quanto a simbólica, afetiva e existencial em que cada indivíduo constrói sua identidade. Faz-se necessário explicitar as forças hegemônicas de um contexto macro que delinea vidas buscando homogeneizá-las, mas também expor a contraposição, outras formas, configurações e contornos que os indivíduos traçam através da resistência, confrontação, criatividade e transformação.

Para se aproximar daquilo que se reproduz e produz nessa conjuntura, será desenvolvida uma explanação a partir de duas dimensões da vida humana: a temporal e a espacial.

Conforme Batista e Codo (2007) o tempo é objetivação/subjetivação que orienta e dirige a vida humana. Nessa perspectiva, propõe-se uma compreensão de rotina que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

supere uma visão simplista, unívoca e como algo que promova apenas o empobrecimento e a limitação das ações humanas, ou seja, entendida somente como uma mera repetição e encadeamento de fatos cotidianos. Ela também cumpre um papel orientador no dia-a-dia do indivíduo. Auxilia-o para enfrentar novos desafios gerados através de acontecimentos cotidianos que exigem escolhas, posicionamentos, perdas e novas aquisições. Nessas ações também entram as atividades criativas. Pode-se exemplificar isso ao apontar que a rotina também cumpre a função de poupar energia e direciona esta para outras áreas da vida como a capacidade do homem adaptar-se a novos lugares, outras culturas, (re)construir vínculos materiais e simbólicos e enfrentar o desconhecido.

Estão inseridas nos procedimentos habituais as ações referentes aos cuidados com o corpo (higiene, nutrição etc.), as atividades laborais e as de lazer, os gestos sutis e afetivos como um beijo de despedida antes de partir rumo ao trabalho, o acenar de um filho, o ato de conferir a caixa de correspondências entre outros.

Essas sucessões de fatos conhecidos e esperados remetem à noção temporal e espacial, constituintes do território e da territorialidade, e convergem para a construção de elementos componentes da identidade, tais como a procedência do indivíduo (seu lugar de origem), seus vínculos sociais e afetivos (familiares, companheiros(as), amigos etc.) e o que faz (atividade profissional, ocupação).

Estes aspectos podem ser conferidos na fala de um dos entrevistados, no momento em que o trabalhador do setor de produção de energia elétrica é informado da necessidade de mudar de cidade para exercer seu trabalho. Percebe-se como esse espaço e todas as relações estabelecidas nele é rearranjado quando há um deslocamento espacial:

É... lá foi bem difícil. Muito difícil. Primeiro é a mudança. Eu morava numa casa minha. Casa totalmente feita do meu jeito. Depois fui morar num apartamento alugado. Um ambiente só de gente de longe. Acho que ninguém se conhecia naquele prédio. [...]. Depois é... a mulher foi estudar longe para danar. Além de tudo, caro. Tinha que viajar quatro horas todo dia para estudar. Os meninos estudavam longe.



O processo de desenraizamento não se limitou ao trabalhador, atingindo a sua família, pois o cenário conhecido e usual ficou para trás. Diante disso, ele tem que desbravar o desconhecido e se moldar a uma nova realidade – em princípio estranha e incerta.

O referido entrevistado consegue visualizar a necessidade de (re)construir seu ambiente de trabalho, seu lar, conciliar os estudos de seus filhos e da esposa com os recursos que a cidade oferecia. Embora a família tenha migrado junto, nem todas as necessidades puderam ser satisfeitas e programadas, para se encaixarem nas suas novas condições de trabalho.

Como visto, é em um espaço específico e delimitado onde a rotina se transforma em algo significativo. Pode-se visualizar isso através do conceito de território, uma parte específica do espaço onde ocorre a interação entre os seres humanos, um registro mediado pelo espaço e pelo tempo. Para cada tipo de territorialidade haverá um correspondente específico de temporalidade, a qual poderá coexistir e se expressar através das diferenças, das desigualdades e das relações e exercícios de poder: “a territorialidade pode ser definida como conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (BECKER, 1993, apud ALBAGLI, 2004, p. 30), o que vem a configurar formas de afetos e relações simbólicas fundamentais para a subjetividade.

Santos (2002, p. 15, 16) afirma que:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social [...]. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo do espaço humano, espaço habitado [...] o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida.

Dessa forma, este se torna um elemento indispensável para conhecer as especificidades e singularidades locais em busca de ações e de políticas que promovam equidade em saúde e também no âmbito social e coletivo.

Tendo em vista estas considerações, pode-se dizer de forma sintética que o tempo é uma categoria sociocultural e histórica que acopla a si a noção de espaço e orienta o ser humano. Conforme o período histórico e o espaço referido haverá transformações profundas na forma de organizar a rotina, geri-la, estabelecer relações



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sociais e afetivas. Isso pode ser percebido de forma mais clara ao se retomar, por exemplo, a era da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, época que o tempo foi reconfigurado principalmente pela organização do trabalho nas fábricas. Estabeleceram-se outras formas de relações e subjetivação consoante às mudanças sociais, econômicas e políticas do período supracitado. Uma parte significativa de indivíduos teve de refazer e reorganizar suas vidas perante as novas condições laborais, o que os fez abandonar cada vez mais seu passado sócio-histórico para se atirar diante de um futuro desconhecido, incerto e dinâmico que passou a ditar as novas regras e dominar seus corpos, gestos, ações, pensamentos e afetos.

Não obstante, vê-se na atualidade o trabalho ainda modelando histórias e existências de forma intensa, como no discurso de outro entrevistado:

Porque a minha área, a minha área é isso. [...] Eu sabia que teria que viajar muito. Que teria que mudar muito de lugar. E é preferível que eu mude sozinho [...]. Eu morei numa infinidade de cidades no Brasil. Porque a nossa área, que é a geologia, é uma área que envolve muito trabalho de pesquisa e... trabalho de pesquisa não é uma coisa fixa, não é como numa indústria. [...] Por isso você vai mudando sempre de cidade. [...] Mas só eu. Minha família, não. Sempre fica na mesma cidade. [...]. Mas, no momento, tenho mudado em função dos contratos novos que ela (empresa) vem pegando. Dos novos empreendimentos que ela faz parte.

Nota-se que são as oportunidades de trabalho disponíveis em sua área que tem conduzido sua vida e trajetória profissional. Para permanecer empregado, teve que se deslocar por diferentes regiões do Brasil, sendo ele a vivenciar essa condição de migrante e não a sua família, que permaneceu no local de origem.

Com o avançar dos anos o fenômeno da compressão temporal e espacial trouxe uma nova percepção da realidade, a qual tem reconfigurado o modo de ser e estar no mundo. Na contemporaneidade o processo de modernização e o avanço tecnológico aceleraram esse processo. As relações de produção têm fornecido parâmetros de tempo e movimentos onde há uma intensa (des)construção de vínculos objetivos/subjetivos que até então regravam o cotidiano individual e coletivo. Reconhecer-se em meio a essa movimentação frenética, construir relações de aproximações e distanciamentos, para muitos, apresenta-se como uma incógnita. São mudanças vividas, mas muitas vezes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

incompreensíveis, pois o desejo, os projetos individuais, a rotina e os afetos ficaram remanejados pelas demandas econômicas, produtivas e laborais.

A produção e suas necessidades socioeconômicas supridas em parte pelo controle dos corpos e das vontades nas organizações destinadas à produção de bens e/ou serviços estabeleceu tempos impostos, cronometrados, aloucados. (BATISTA; CODO, 2007, p. 403).

Em contrapartida, o avanço das telecomunicações e da tecnologia trouxe facilidades de que outrora os indivíduos não dispunham. Isso proveu o contato e aproximou distâncias. A rede de relações estabelecidas entre os variados locais que esses migrantes atravessaram permanece, porém, com finalidades específicas, em sua maioria de caráter profissional. Poucos foram os que mantiveram um contato mais próximo e afetivo, que não esteja restrito ao âmbito do trabalho. Todavia, esse vínculo conservado facilita não só a manutenção do próprio emprego como também o engajamento em outro, se necessário.

[...] Não tem aquele presencial, mas tem os contatos que a gente tem que manter (com ex-colegas) [...] porque o mundo dá volta [...]. Não tem como dizer assim: você não tem presença. “Ah! Vamos sair para tomar uma”, ou então, “Vamos num jantar, sair”. Não tem. Mas a gente pode manter contato por telefone, *skype*, *e-mail*.

Por outro lado, o entrevistado menciona que, mesmo havendo o recurso tecnológico para se comunicar, não há como evitar a perda das relações tecidas por onde passou.

[...] no começo, a gente tem um pouco de contato. Depois, vai sumindo. Hoje, não tenho mais. Se eu tiver um ou dois contatos, é muito. Então, na verdade, a gente tem uma lembrança. E por a gente morar longe [...], de Santa Catarina. Para (ir para) São Paulo é muito longe. Então, você vai a cada dois meses e duas vezes por ano para São Paulo. Não tem como você ficar indo todo mês. Então, você vai perdendo contato. E quando você vai para lá, você vai visitar a família. Não vai ver a pessoa que você já trabalhou. É muito difícil.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A dificuldade para manter contato advém não só da mudança de Estado e região como também de empresa, sendo isso um dos principais empecilhos para conservar uma relação mais duradoura.

Nesse panorama, constata-se que a identidade profissional é também produto de uma trajetória realizada a partir de um plano instituído e institucionalizado. Conformam-se a ela o tempo passado e o presente, mais as expectativas que se (des)(re)fazem continuamente diante de um futuro iminente. O indivíduo que planeja e pleiteia por uma carreira profissional no percurso de sua vida, confunde-se e sintetiza no âmbito do trabalho a trajetória totalizadora de sua existência.

Os seres humanos, porque são seres culturais, trabalham. O trabalho é uma ação pela qual modificamos as coisas e a realidade de modo a conseguir nossa preservação na existência. Constroem casas, fabricam vestuário e utensílios, produzem objetos técnicos e de consumo, inventam meios de transporte, de comunicação e de informação. Através da prática ou do trabalho e da técnica, os seres humanos organizam-se social e politicamente, criam instituições sociais (família, escola, agricultura, comércio, indústria, relações entre grupos e classes, etc.) e instituições políticas (o Estado, o poder executivo, legislativo e judiciário, as forças militares profissionais, os tribunais e as leis). (CHAUI, 2000, p. 116).

Nesse contexto, pode-se notar que as transformações veiculadas pelo tempo e pelo espaço imprimem matizes variados sobre os tons subjetivos e também sobre a esfera social, integrando todos os elementos que se articulam com a existência humana e necessitam ser compreendidos.

Os impactos da reestruturação do sistema econômico capitalista instauraram um modo de produção a escala mundial onde as partes de um produto estenderam-se por distintos lugares do planeta – o que configura uma das características do processo de globalização e da nova divisão internacional do trabalho (GIDDENS, 1991; IANNI, 1994, 1999; SANTOS, 2005). As transformações econômicas, sociais, culturais e políticas delimitaram uma cadência têmporo-espacial assaz diferenciada em relação ao passado. São modificações que não se limitaram apenas às novas formas de constituição e gestão do trabalho, mas também mudaram a autonomia e a regulação dos Estados nacionais, o papel do cidadão, o consumo e seu excedente.



Enriquez (1999) afirma que há distintos modos de controle do social, a maioria está assentada na opressão que assume as formas de exploração e repressão que juntas enunciam o discurso da violência imediata e total.

Exploração dos indivíduos e dos grupos totalmente submissos às leis do capitalismo selvagem, que fazem dobrar os corpos e corações, *repressão* que se exprime em todos os casos de questionamento ou mesmo quando uma ameaça dessa ordem é percebida aos olhos dos dirigentes. (ENRIQUEZ, 1999, p. 284).

Dois modos de controle são destacáveis, o *controle dos resultados* (pela competição econômica) e o *controle organizacional* (pela máquina burocrática). Estes prevalecem no universo das grandes organizações industriais e administrativas, remetem ao controle do trabalho e do rendimento que os indivíduos têm como dever realizar. O controle dos resultados é um dos mais sutis e modernos porque apela à iniciativa e inventividade de cada trabalhador em seu dia-a-dia.

O importante, para os grupos, organizações ou indivíduos, é o *sucesso* nos negócios e na vida, sucesso reconhecido e invejado pelos outros, indispensável, de qualquer forma, para se manter na corrida e não se tornar desacreditado pelo sistema. A competição se estende a todos os domínios: competição entre empresas, concorrência interna entre departamentos, rivalidade entre os indivíduos, entre universidades [...]. Todo mundo, pensando ter uma chance de fazer parte dos vencedores e tendo interiorizado o modelo da luta, aceita (mais ou menos bem) essa regra que dá à vida pública e privada seu caráter de espetáculo e teatralidade [...]. (ENRIQUEZ, 1999, p. 285).

Esta ideia se vincula a de Batista e Codo (2007) ao afirmarem que as recentes dinâmicas de inclusão e exclusão solapam os trabalhadores nos restritos e seletivos espaços de trabalho disponíveis. Os indivíduos têm seus interesses, projetos e sonhos dispersos ou circunscritos aos interesses das organizações. Séculos de luta e militância para tornar o trabalho mais seguro e pautado em leis de proteção ao trabalhador esvaíram-se em poucas décadas. O que persiste é a insegurança, a incerteza e a negociação permanente das condições de continuidade do emprego, e, por sua vez, o prolongamento dessas consequências sobre o seu entorno social, familiar, afetivo e pessoal.



O trabalho formal, assalariado e estável decai em relação proporcional ao crescimento da informalidade, dos processos de terceirização, de prestação de serviços e ocupações distintas que têm configurado o processo de precarização das condições e relações de trabalho no Brasil e no mundo.

2. Família, trabalho e trabalhador-migrante

Embora com distintos olhares, a família ocupa uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade. De acordo com Reis (2001), é uma instituição que confere uma primeira identidade social, um *locus* que estrutura de modo profundo a personalidade de seus integrantes. Está situada em meio a uma complexa rede de interações sociais e históricas que configuram formas peculiares de organização e relação, pois são dinamizadas representações sociais e ideológicas que interferem na conduta de seus membros em um espaço e tempo específicos.

Therborn (2006), afirma que a família é uma das mais antigas instituições sociais disseminadas por todo o planeta, sendo entendida instituição como um conjunto de normas que definem direitos e obrigações dos membros, limites entre estes e os não-membros. Esse conjunto veicula tipos de afeto e intimidade que configurarão a família, sendo nas normas e em suas brechas que esse complexo se delinea.

Nessa perspectiva Chauí (2000, p. 315) complementa que há uma delimitação histórica, cultural e social que marca a origem da família, sendo esta diferente da concepção contemporânea.

[...] o que entendemos por família (pai, mãe, filhos; esposa, marido, irmãos) é uma instituição social recentíssima – data do século XV – e própria da Europa ocidental, não existindo na Antiguidade, nem nas sociedades africanas, asiáticas e americanas pré-colombianas. Mostram também que não é um fato natural, mas uma criação sociocultural, exigida por condições históricas determinadas.

As atuais transformações sociais, políticas, econômicas, e culturais têm atingido de modo proeminente a família. As relações de poder e de gênero delimitaram outras configurações para o que era tradicional no modelo familiar. Os vínculos, a expressão de emoções, a autoridade, os costumes e as tradições estão sendo alterados entre os membros familiares e entre a sociedade como um todo.



O estudo sobre a migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica observou que o discurso dos trabalhadores sobre a instituição familiar dá-se através de uma relação dialética de produção e transformação dos sentidos do trabalho. Assim, a família não é compreendida somente como um mero reflexo de um agrupamento social menor que se ajusta conforme os ditames laborais e sociais. Constatou-se que as exigências do trabalho constituem um processo complexo, inserido num contexto maior, mas que não deixa de causar impactos diferenciados e singulares sobre as vidas dos trabalhadores e de seus familiares. O modo que cada trabalhador-migrante encontra para se reorganizar (material e imaterialmente) varia conforme a relação estabelecida com o território atual, com o seu local de origem, com o seu núcleo familiar e com o próprio trabalho. O conflito entre esse tipo de trabalhador e sua família persiste no discurso de cada um como algo difícil de ser conciliado.

Os discursos dos entrevistados reforçam o quanto a relação das organizações com os trabalhadores estão cada vez mais pautadas pelo utilitarismo e cada vez menos no afetivo-emocional. Tal condição acentuou-se pela transformação da trajetória profissional que outrora era visível e tangível e que agora está em processo de desvanecimento. Já não há um espaço organizacional habitual e seguro. Análise apontada também nos estudos de Sennett (2008) em que o atual trabalho no capitalismo flexível está caracterizado pelas rupturas contínuas do espaço e do tempo que lança os indivíduos em uma condição onde não há continuidade, mas sim brechas, fossos, onde as suas relações serão (des)constituídas.

Outro dado encontrado é a diversidade dos modos como as famílias desses trabalhadores se organizam em relação ao processo migratório. Há as que preferem se manter fixas e as que se deslocam. Percebe-se que cada uma cria estratégias para se (re)situar em relação à migração principiada pelo chefe de família, uma vez que todos os entrevistados ocupam essa posição e somente algumas companheiras participam no incremento dessa renda.

As configurações são variadas, não se conservaram da mesma forma e se transformaram ao longo do tempo. Vários trabalhadores-migrantes puderam experimentar a mobilidade com a família, em um período, quando esta o acompanhava;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

em outro momento, havia a fixação desse núcleo familiar em uma cidade – quando quem migrava era somente o trabalhador.

Nessas condições surgem outras questões para serem exploradas: como está sendo delineado/ofuscado o tempo e o espaço desses trabalhadores e seus familiares? Como o trabalho atua na (des)construção da relação têmporo-espacial e como o grupo familiar incide sobre a esfera relacional do trabalhador migrante?

Se somente o trabalhador-migrante se desloca em busca de manter e adquirir uma renda melhor, o espaço e as relações familiares e sociais são redesenhados. Todavia, como isto acontece?

O desafio está em ir além das teorias, sejam da Psicologia das Organizações ou do Trabalho, para poder buscar aportes teóricos que possibilitam pensar a transição, a contradição, o conflito e a ambiguidade – visto que as relações transformaram-se no âmbito individual e coletivo, desafiando a produção de conhecimento científico, ético, responsável e comprometido com o resgate da humanidade em sua autonomia, promoção de saúde e da liberdade.

Considerações finais

Com as novas relações de trabalho, sinalizadas pelo processo de precarização das condições e relações de trabalho e intensificadas pela globalização neoliberal, estão ocorrendo reconfigurações familiares, uma vez que o trabalho atravessa a esfera familiar e dos seus integrantes. Diante do objeto de estudo desta pesquisa, a migração laboral e suas repercussões na família e na rotina de cada indivíduo, observa-se que esses núcleos familiares também estão sofrendo modificações em suas relações e afetos, o que se faz necessário compreender e analisar suas dimensões, impactos e (des)organizações.

Pelo fato do mundo do trabalho na atualidade estar impregnado pela incerteza e pela insegurança, em torno desse, as famílias dispõem de distintos arranjos. Muitos chefes de família assumiram os encargos de mudanças de cidades e ambientes de trabalho para se manterem empregados ou para irem em busca de melhores condições de vida. As repercussões disso não se limitaram apenas a estes trabalhadores, mas estenderam-se ao seu núcleo familiar – quem também tem sofrido com as marcas subjetivas, materiais e imateriais da insegurança e imprevisibilidade.



A fim de explorar as outras facetas, muitas ainda desconhecidas, da relação estabelecida entre trabalho e família, busca-se também verificar as possibilidades, as potências e as saídas criativas para enfrentar a adversidade e manter a diversidade³ da existência humana. Nesse intuito, emergem questões como: quais os modos encontrados pelas famílias para se organizarem diante do novo e incerto cenário do mundo do trabalho? Como vivenciam, estas famílias migrantes, as mudanças sofridas pelo desmantelamento do Estado do bem-estar social que conferia uma certa segurança não apenas ao cidadão, mas ao trabalhador e aos seus familiares? Como se constituem as novas relações familiares diante da mobilidade e do desenraizamento⁴ advindos do processo de globalização, da migração e das novas políticas de trabalho?

Nas entrevistas, verificou-se que alguns trabalhadores estão também pressionados pelas exigências das novas condições de trabalho, em especial, aquelas relacionadas a poucas e repentinas informações sobre o local em que irá trabalhar e ao escasso tempo disponível para realizar a mudança e se reorganizar no novo território.

Porém, as condições da migração no setor sofreram mudanças significativas após a privatização da área energética do país. A empresa estatal de outrora fornecia elos que podiam ser mantidos em meio ao deslocamento recorrente. Embora o trabalhador migrasse, permanecia vinculado à mesma empresa. Geralmente, ele conhecia o território de cobertura da empresa, pois esta era localizada em um determinado Estado e/ou região. O convívio com os colegas de profissão, as condições de moradia e de trabalho eram mais estáveis e regulares. Muitas vezes, os trabalhadores dispunham de conjuntos residenciais, o que facilitava a vinda da família e a sua instalação, em condições conhecidas e favoráveis. Havia também clubes e eventos ligados a esse setor, que propiciavam o convívio e a integração entre os funcionários da empresa.

³ Concordante a Minayo-Gomez e Barros (2002) considera-se a diversidade da vida humana atrelada a concepção de subjetividade como algo aberto e em permanente construção, atravessada por muitos conflitos, mas igualmente por muitas possibilidades que se encontram articuladas com as outras esferas e não fechada e intocável em si mesma.

⁴ O desenraizamento acentuado é denominado por Weil (1996, 2001) como a “doença do desenraizamento”. Esta não se refere de modo literal a uma patologia, mas expressa uma situação sofrente. Representa uma condição desagregadora dos sentidos do enraizamento. É principiada pela dominação econômica, política e interfere no predomínio desses elementos em detrimento de outros vínculos sociais e afetivos.



Entretanto, após o período de privatização, essas circunstâncias foram alteradas. A instabilidade e a desconstrução de referências tornaram-se exacerbadas. A atividade migratória foi intensificada, porque o trabalhador passou a prestar serviços para distintas organizações, com contratos de tempo determinado ou temporário, em diversos projetos espalhados pela larga extensão territorial do Brasil. Soma-se a isso a modificação do tipo de vínculo empregatício: o trabalhador-migrante passa a prestar serviços como autônomo, pessoa jurídica ou terceirizado – não gozando dos mesmos direitos e benefícios conferidos outrora pelas empresas estatais.

Nessa perspectiva, esse tipo de trabalho possui um potencial ambíguo. Ao mesmo tempo em que fornece possibilidades ao indivíduo referente ao sustento, à realização pessoal e profissional, à execução de projetos de vida e possibilidades amplas de conhecer distintos lugares do país, pessoas e costumes, também é percebido como desagregador, destrutivo e desenraizante, já que, muitas vezes, o indivíduo não vê meios efetivos e seguros de incluir a sua família no processo migratório, formas de inserir-se na cultura local e por onde passa, porque prepondera um caráter de brevidade e agilidade, em suas atividades profissionais, o que pode ser ainda um indicativo de sofrimento.

Há que se verificar de modo mais atento a adaptabilidade a esse contexto de trabalho, pois esta não surgiu nos discursos como algo difícil, embora não se apresente isenta de conflitos e efeitos sobre as outras instâncias de suas vidas. Tal aspecto nos leva a pensar que, embora haja uma prontidão para a migração, as dificuldades podem vir a se manifestar em sua relação com seu lugar de origem, com as suas referências afetivas anteriores e posteriores e com o próprio sentido e postura no trabalho.

Cabe sublinhar que esses trabalhadores se veem compelidos a corresponder, em primeiro lugar, às necessidades de seu trabalho, fazendo-os adiar seus projetos, sonhos e prioridades afetivas e sociais. Por conseguinte, percebemos que a insegurança não se pauta apenas no mercado de trabalho, na economia instável e nas transformações características da contemporaneidade. A incerteza estende-se também para as suas vidas, onde os planos, a longo prazo, são incertos e imprevisíveis, uma vez que não há referências tão sólidas e contínuas, como outrora se constituíam – elementos analisados por Sennett (2008).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Logo, eles não usufruem de uma regularidade e uma rotina que possam conferir posturas e escolhas tidas como certeiras e satisfatórias para regerem suas decisões. Os fatos e eventos mudam e em alta velocidade. Prepondera o tempo a curto prazo, para ordenar as suas atividades, que, por sua vez, prolonga-se igualmente no modo de organização com os seus familiares, afetos, colegas de trabalho e territórios.

Se por um lado, viu-se que as estratégias individuais para se inserir em um novo território nem sempre são suficientes e seguras, além de possuírem um caráter de provisoriedade, por outro lado, observamos outro tipo de enfrentamento da migração laboral. Encontramos uma estratégia coletiva, quer dizer, um grupo de trabalhadores aposentados em uma empresa estatal que construíram uma rede de cooperação mútua. Essa via possibilitava o enfrentamento do mercado de trabalho e da reterritorialização de maneira mais amparada e afirmativa, ao fazer circular entre seus membros informações sobre novos trabalhos, sua localização e seus recursos territoriais, em termos geográficos, climáticos, econômicos, sociais e culturais. Ela também identificava os profissionais que pertenciam à rede e trabalhavam nos projetos divulgados.

Enfim, essa rede propiciava um maior conhecimento das ofertas existentes no mercado de trabalho, de melhores condições de trabalho, de salários, de ascensão e de realização profissional. Era uma alternativa útil para acumular experiências, ao longo dos anos, advindas da diversidade de vivências proporcionadas pela atividade migratória, de trabalhar em várias situações e com inúmeras pessoas provenientes de todo o território brasileiro.

Mesmo que haja, para os entrevistados, a realização profissional e pessoal, é imprescindível repensar as condições desses trabalhadores-migrantes, os modos como eles se inserem no processo migratório, de maneira a responsabilizar outras instâncias que também compõem/influem essa conjuntura. Pensar em custos que não sejam apenas ressarcidos no plano financeiro, todavia, que sejam promovidos recursos diversos para que esses indivíduos tenham oportunidades melhores para se organizarem e usufruírem de condições mais respeitáveis e dignas, no momento do deslocamento e onde exercerem sua atividade laboral. Isso requer que o trabalhador seja um participante privilegiado na dinâmica da (des)constituição de seu território, territorialidade e enraizamento.



Referências bibliográficas

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília: SEBRAE, 2004, p. 25-69.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. Parte II - Fontes Renováveis; Cap. 3 - Energia Hidráulica. 3. ed. Brasília: Aneel, 2008. p. 50-61. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf>. Acesso em: fev. 2009.

_____. - Agência Nacional de Energia Elétrica. *Boletim Energia*, n. 112, 19 a 24 fev. 2004. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/boletim_112.htm>. Acesso em: jul. 2008.

BATISTA, A. S.; CODO, W. O trabalho e o tempo. In: CODO, W.; JACQUES, M. G. (Orgs.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 401-420.

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000, 567 p.

DUARTE, D. A. *A migração laboral no setor de produção de energia hidrelétrica: efeitos na subjetividade dos trabalhadores na contemporaneidade*. 2009. 128 f. Dissertação (mestrado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

D'INCAO, M. A. (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, 160 p.

ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado*. Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 404 p.

GIDDENS, A. *Manuales Ciencias Sociales*. El Libro universitário. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2000, 836 p.

IANNI, O. A era do globalismo. In: OLIVEIRA, F. A. M. *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, 15-41 p.

_____. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*. v. 8, n. 21, 1994, p. 147-163.

MORIN, E. *Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: Ed. UFRN, 2000, 56 p.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001, 220 p.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25-102.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, 139 p.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo*. São Paulo: Contexto, 2006, 510 p.